



Agosto/2014

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Auditor Público Externo (APE), Nível III, Classe A**  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

**Conhecimentos Básicos**  
**Discursiva**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Escreva a resposta de sua Prova Discursiva, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**PROVA OBJETIVA****Conhecimentos Básicos****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

**Nosso jeitinho**

*Um amigo meu, estrangeiro, já há uns seis anos morando no Brasil, lembrava-me outro dia qual fora sua principal dificuldade – entre várias – de se adaptar aos nossos costumes. “Certamente foi lidar com o tal do jeitinho”, explicou. “Custei a entender que aqui no Brasil nada está perdido, nenhum impasse é definitivo: sempre haverá como se dar um jeitinho em tudo, desde fazer o motor do carro velho funcionar com um pedaço de arame até conseguir que o primo do amigo do chefe da seção regional da Secretaria de Alimentos convença este último a influenciar o Diretor no despacho de um processo”.*

*Meu amigo estrangeiro estava, como se vê, reconhecendo a nossa “informalidade” – que é o nome chique do tal do jeitinho. O sistema – também batizado pelos sociólogos como o do “favor” – não deixa de ser simpático, embora esteja longe de ser justo. Os beneficiados nunca reclamam, e os que jamais foram morrem de inveja e mantêm esperanças. Até o poeta Drummond tratou da questão no poema “Explicação”, em que diz a certa altura: “E no fim dá certo”. Essa conclusão aponta para uma espécie de providencialismo místico, contrapartida divina do jeitinho: tudo se há de arranjar, porque Deus é brasileiro. Entre a piada e a seriedade, muita gente segue contando com nosso modo tão jeitoso de viver.*

*É possível que os tempos modernos tenham começado a desfavorecer a solução do jeitinho: a informatização de tudo, a rapidez da mídia, a divulgação instantânea nas redes sociais, tudo se encaminha para alguma transparência, que é a inimiga mortal da informalidade. Tudo se documenta, se registra, se formaliza de algum modo – e o jeitinho passa a ser facilmente desmascarado, comprometido o seu anonimato e perdendo força aquela simpática clandestinidade que sempre o protegeu. Mas há ainda muita gente que acha que nós, os brasileiros, com nossa indiscutível criatividade, daremos um jeito de contornar esse problema. Meu amigo estrangeiro, por exemplo, não perdeu a esperança.*

(Abelardo Trabulsi, inédito)

1. A singular condição que é a marca do **jeitinho** brasileiro está caracterizada no seguinte segmento:

- (A) *aquela simpática clandestinidade* (3º parágrafo).
- (B) *se encaminha para alguma transparência* (3º parágrafo).
- (C) *se adaptar aos nossos costumes* (1º parágrafo).
- (D) *Os beneficiados nunca reclamam* (2º parágrafo).
- (E) *comprometido o seu anonimato* (3º parágrafo).

2. É correto inferir da leitura do texto que a prática do jeitinho, no Brasil,

- (A) conta com alguma simpatia do amigo estrangeiro, que espera seja ela capaz de sobreviver aos desafios dos tempos modernos.
- (B) é vista como piada pela totalidade da população, que a considera folclórica, embora muita gente ainda busque levá-la a sério.
- (C) predomina entre os setores menos favorecidos da população, uma vez que os demais são atendidos por um sistema de valores mais justo.
- (D) vem perdendo força por conta da informalidade maior de outras práticas sociais, menos democráticas mas mais difundidas pela internet.
- (E) está intimamente associada às convicções religiosas, uma vez que dela só costumam valer-se aqueles cuja fé em Deus se mostra inabalável.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O amigo estrangeiro justifica ao autor do texto por que não lhe fora possível adaptar-se aos nossos costumes, dado que não chegou a entender perfeitamente como é que funciona o chamado jeitinho brasileiro.
- II. A prática do jeitinho brasileiro é vista como informal porque não se tornou, propriamente, um fenômeno social marcante, a ser analisado no âmbito dos costumes coletivos de fato representativos de um modo de agir.
- III. O fato de os tempos modernos favorecerem a transparência, a divulgação instantânea e o registro dos nossos atos vem acarretando algum entrave à prática do favor, que depende bastante do anonimato que a cerca.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I e II.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se INADEQUADAMENTE o sentido de um segmento em:

- (A) *contornar esse problema* (3º parágrafo) = se esquivar dessa dificuldade.
- (B) *nenhum impasse é definitivo* (1º parágrafo) = nenhuma instância é peremptória.
- (C) *Os beneficiados nunca reclamam* (2º parágrafo) = os favorecidos jamais protestam.
- (D) *uma espécie de providencialismo* (2º parágrafo) = algo como uma intervenção da Providência.
- (E) *comprometido o seu anonimato* (3º parágrafo) = prejudicada sua condição anônima.



5. Transpondo-se para a voz **passiva** o segmento sublinhado em **É possível que os tempos modernos tenham começado a desfavorecer a solução do jeitinho**, a forma obtida deverá ser:
- (A) estão começando a se desfavorecer.  
 (B) tenha começado a ser desfavorecida.  
 (C) comecem a desfavorecer.  
 (D) terá começado a ser desfavorecida.  
 (E) comecem a ser desfavorecidos.
- 
6. Caso se substitua o elemento sublinhado pelo indicado entre parênteses, o sentido da frase permanecerá **inalterado** em:
- (A) *Tudo se documenta, e o jeitinho passa a ser facilmente desmascarado.* (conquanto o jeitinho passe a ser)  
 (B) *Um amigo meu, estrangeiro, lembrava-me outro dia qual fora sua principal dificuldade* (viria a ser seu grande impasse).  
 (C) *Meu amigo estrangeiro estava, como se vê, reconhecendo a nossa "informalidade".* (é evidente)  
 (D) *O sistema não deixa de ser simpático, embora esteja longe de ser justo.* (porquanto seja injusto)  
 (E) *tudo se encaminha para alguma transparência, que é a inimiga mortal da informalidade.* (vai de encontro a)
- 
7. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Os sociólogos já vêm há tempos especulando do nosso jeitinho, que preferem identificar-se como "sistema de favor", embora o fenômeno seja o mesmo.  
 (B) Nem todos os estrangeiros acabam se possibilitando tal análise, de entender nosso jeitinho, cuja a informalidade lhes parece com toda a razão incompreensível.  
 (C) Embora distintos entre si, os dois exemplos de jeitinho que o autor do texto cita do amigo estrangeiro, parece-nos de fato convincentes de como eles se aplicam no nosso dia-a-dia.  
 (D) Num de seus poemas, Drummond resume num verso a confiança que todo brasileiro parece alimentar quanto ao desfecho favorável de uma situação difícil.  
 (E) Em nosso tempo não há muita vantagem de que a tecnologia se some ao nosso jeitinho, pois este se mantém e se supõe numa informalidade da qual a nossa mídia já não permite.
- 
8. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:
- (A) Informalidade, sistema de favor, jeitinho, muitas são as denominações que se (**aplicar**) a um mesmo fenômeno social.  
 (B) As soluções postas em prática pelo jeitinho brasileiro não (**deixar**) de intrigar os estrangeiros, que não entendem tamanha informalidade.  
 (C) Mesmo os brasileiros a quem que não (**ocorrer**) valer-se do jeitinho sabem reconhecê-lo como uma prática social até certo ponto legítima.  
 (D) Os avanços da tecnologia, sobretudo os da informática, (**conspirar**) contra a prática tradicional do jeitinho brasileiro.  
 (E) Acredita-se que a transparência dos meios de comunicação (**tender**) a se converter numa espécie de inimiga mortal da informalidade.

**Atenção:** As questões de números 9 a 16 referem-se ao texto seguinte.

### Velhas cartas

*"Você nunca saberá o bem que sua carta me fez..." Sinto um choque ao ler esta carta antiga que encontro em um maço de outras. Vejo a data, e então me lembro onde estava quando a recebi. Não me lembro é do que escrevi que fez tanto bem a uma pessoa. Passo os olhos por essas linhas antigas, elas dão notícias de amigos, contam uma ou outra coisa do Rio e tenho curiosidade de ver como ela se despedia de mim. É do jeito mais simples: "A saudade de..."*

*Agora folheio outras cartas de amigos e amigas; são quase todas de apenas dois ou três anos atrás. Mas como isso está longe! Sinto-me um pouco humilhado, pensando como certas pessoas me eram necessárias e agora nem existiriam mais na minha lembrança se eu não encontrasse essas linhas rabiscadas em Londres ou na Suíça. "Cheguei neste instante; é a primeira coisa que faço, como prometi, escrever para você, mesmo porque durante a viagem pensei demais em você..."*

*Isto soa absurdo a dois anos e meio de distância. Não faço a menor ideia do paradeiro dessa mulher de letra redonda; ela, com certeza, mal se lembrará do meu nome. E esse casal, santo Deus, como era amigo: fazíamos planos de viajar juntos pela Itália; os dias que tínhamos passado juntos eram "inesquecíveis".*

*E esse amigo como era amigo! Entretanto, nenhum de nós dois se lembrou mais de procurar o outro. (...) As cartas mais queridas, as que eram boas ou ruins demais, eu as rasguei há muito. Não guardo um documento sequer das pessoas que mais me afligiram e mais me fizeram feliz. Ficaram apenas, dessa época, essas cartas que na ocasião tive pena de rasgar e depois não me lembrei de deitar fora. A maioria eu guardei para responder depois, e nunca o fiz. Mas também escrevi muitas cartas e nem todas tiveram resposta.*

(BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: Record, 1978. p. 271/272)

9. Lendo cartas antigas e já esquecidas, o cronista se dá conta de que
- (A) a correspondência guardada registra as experiências essenciais, que ele não quer perder no tempo.  
 (B) o valor do que lhe parecia mais relevante relativizou-se ou apagou-se com a passagem do tempo.  
 (C) a passagem do tempo só faz tornar mais nítidas as sensações compartilhadas com pessoas queridas.  
 (D) a letra pessoal, mesmo não reconhecida a princípio, faz ver de súbito a identidade profunda do outro.  
 (E) o sentimento de uma amizade profunda ressurgiu e intensificou-se com a leitura de velhas notícias.



<p>10. Há passagens que evidenciam perplexidade do cronista, tal como se pode perceber quando se lê</p> <p>(A) <i>A maioria eu guardei para responder depois (...)</i></p> <p>(B) <i>E esse casal, santo Deus, como era amigo (...)</i></p> <p>(C) <i>Agora folheio outras cartas de amigos e amigas (...)</i></p> <p>(D) <i>são quase todas de apenas dois ou três anos atrás.</i></p> <p>(E) <i>Não guardo um documento sequer das pessoas que mais me afligiram (...)</i></p>	<p>13. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Não conteram o espanto quando deram com cartas que julgavam para sempre perdidas.</p> <p>(B) Se nos dispormos a ler velhas cartas, surpreenderemo-nos com elas.</p> <p>(C) Não há nada que detenhe o ímpeto da curiosidade quando passamos a reler cartas antigas.</p> <p>(D) Quem dá com um velho maço de cartas já intue que ali haverá matéria de muito interesse.</p> <p>(E) Que mais quererá um leitor das velhas cartas senão que reconstituam um tempo já morto?</p>
<p>11. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Ao ler a primeira carta antiga do maço que guardara, o autor se surpreende com a lembrança agradável que a amada guardara de um preciso gesto seu, e que agora ressurgiu com toda a clareza.</p> <p>II. A humilhação que o autor experimenta, ao ler cartas que não datam de mais de dois ou três anos, deve-se ao fácil esquecimento a que relegara pessoas amigas.</p> <p>III. Ao revisitar cartas antigas, o autor se dá conta de que deitara fora as cartas que julgava menos importantes, lamentando ter guardado as que avivavam as mais duras lembranças.</p> <p>Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p>14. Para sanar uma <b>falha estrutural em sua redação</b>, o seguinte comentário sobre o texto deve ser reescrito:</p> <p>(A) Essa crônica é marcada pela melancolia de alguém que reconhece o poder que tem o tempo de tornar distante o que já foi muito próximo.</p> <p>(B) Ao se dedicar à tarefa de ler cartas antigas, o cronista ficou surpreso com a distância de onde pareciam saltar lembranças de fatos nem tão antigos.</p> <p>(C) Curiosamente, o cronista havia resolvido livrar-se de determinadas cartas, e conservara muitas outras para eventual resposta.</p> <p>(D) Conclui o cronista, lendo cartas já esquecidas, que mesmo as amizades supostamente duradouras podem esvaír-se com a passagem do tempo.</p> <p>(E) Deparando-se com uma letra redonda e familiar, uma mulher de paradeiro desconhecido veio à lembrança, sendo que dela não tivera mais notícia.</p>
<p>12. Considerando-se o contexto, demonstra-se uma compreensão INCORRETA de um segmento do texto em:</p> <p>(A) <i>tive pena de rasgar e depois não me lembrei de deitar fora</i> (4<sup>o</sup> parágrafo) = fiquei com dó de rasgar e depois me esqueci de jogar fora.</p> <p>(B) <i>Não me lembro é do que escrevi</i> (1<sup>o</sup> parágrafo) = é do que escrevi que não consigo me lembrar.</p> <p>(C) <i>Mas como isso está longe!</i> (2<sup>o</sup> parágrafo) = E no entanto como isso parece longínquo!</p> <p>(D) <i>Isto soa absurdo a dois anos e meio de distância</i> (3<sup>o</sup> parágrafo) = Há dois anos e meio isto soa como algo irrelevante.</p> <p>(E) <i>Não faço a menor ideia do paradeiro dessa mulher</i> (3<sup>o</sup> parágrafo) = Nem imagino por onde essa mulher andará.</p>	<p>15. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:</p> <p>(A) Fazerem-se esquecido é um mistério que caracteriza aqueles fatos que pareciam muito importantes, mas que não sobreviveram à ação do tempo.</p> <p>(B) Diante de cartas antigas, que há muito tempo já tinha sido esquecido, o narrador passou a reconstituir fatos e pessoas.</p> <p>(C) Por inúteis que possam parecer, cartas antigas estimulam em nossa memória cenas de que jamais nos lembraríamos não fosse o seu estilo.</p> <p>(D) O autor correspondia-se com vários amigos, a quem se ligava muito afetuosamente, mas que o tempo tornou anônimo no fundo da memória.</p> <p>(E) As cartas mais emocionais o autor pôs fora, para que não viesse a provocar-lhe fortes excitações antigas, que o deixaram perturbado.</p> <p>16. A <b>supressão</b> da vírgula <b>altera o sentido</b> da seguinte frase:</p> <p>(A) Muitas lembranças lhe acorreram, tão logo passou a ler aquelas cartas antigas.</p> <p>(B) O autor passou a reler cartas antigas, depois que se deparou com aquele maço.</p> <p>(C) Durante a leitura daquelas cartas, o cronista teve a oportunidade de relembrar antigos amores.</p> <p>(D) O autor surpreendeu-se com aquelas cartas, que lhe falavam de amizades duradouras.</p> <p>(E) É comum que nos detenhamos diante de cartas antigas, quando damos com elas numa gaveta.</p>



**Atenção:** As questões de números 17 a 20 referem-se ao texto seguinte.

*Por mais que em nosso discurso nós, os mais velhos, afirmemos que a tal da educação para a cidadania “supõe a boa convivência no espaço público, entre outras coisas”, não temos conseguido praticar tal ensinamento com os mais novos, sobretudo porque não sabemos como fazer isso. Há muitas escolas com boa vontade nesse sentido, mas sem saber o que fazer para evitar que seus alunos se confrontem com grosseria e que aprendam a compartilhar respeitosamente o espaço comum. O instrumento mais utilizado pela escola ainda é a punição, em suas várias formas. Ações afirmativas nesse sentido são difíceis de ser encontradas no espaço escolar.*

*Não sabemos ensinar às crianças a boa convivência no espaço público porque não a praticamos. Ora, como ensinar o que não sabemos, como esperar algo diferente dos mais novos, se eles não mais têm exemplos de comportamento adulto que os orientem?*

(Adaptado de: SAYÃO, Rosely. **Folha de S. Paulo**, 17/06/2014)

17. Estes dois segmentos relacionam-se numa **oposição** de sentido:

- (A) *como ensinar o que não sabemos / eles não mais têm exemplos*
- (B) *O instrumento mais utilizado pela escola ainda é a punição / Ações afirmativas*
- (C) *educação para a cidadania / boa convivência no espaço público*
- (D) *Há muitas escolas com boa vontade / compartilhar respeitosamente o espaço comum*
- (E) *Não sabemos ensinar às crianças / porque não a praticamos*

18. A afirmação de que a educação para a cidadania supõe o bom convívio no espaço público é

- (A) acolhida com reservas, pois a autora do texto acha que a conduta de alguns mestres deixou de ser inspiração para as atitudes de certos alunos.
- (B) contestada pela autora do texto, que não considera nem importante, nem exequível essa meta educacional nascida de um desejo utópico.
- (C) problematizada no texto, uma vez que a importância adquirida no discurso dos mais velhos não se confirma na prática dos mais jovens.
- (D) descartada na linha de argumentação seguida, pois os educandos costumam rejeitar decididamente os exemplos dos mais velhos.
- (E) intensificada no texto, pois todas ações afirmativas têm demonstrado o interesse que os mais jovens passam a demonstrar pela boa competitividade.

19. *A educação para a cidadania é um objetivo essencial, mas comprometem essa educação para a cidadania os que pretendem praticar a educação para a cidadania sem dotar a educação para a cidadania da visibilidade das atitudes públicas.*

Evitam-se as repetições viciosas da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) comprometem a ela – lhe praticar – a dotar
- (B) comprometem-lhe – praticá-la – dotar-lhe
- (C) comprometem ela – praticar-lhe – dotá-la
- (D) comprometem-na – praticá-la – dotá-la
- (E) comprometem a mesma – a praticar – lhe dotar

20. *Por mais que os mais velhos afirmemos que a educação para a cidadania “supõe a boa convivência no espaço público”, não temos conseguido praticar tal ensinamento.*

Os tempos e os modos verbais manterão entre si uma correlação adequada caso as formas sublinhadas sejam substituídas, na ordem dada, por:

- (A) afirmássemos – suporia – teríamos
- (B) afirmássemos – supusesse – teremos
- (C) afirmamos – suponha – teríamos
- (D) afirmamos – suporia – teremos
- (E) tenhamos afirmado – supusesse – tínhamos

#### Noções de Informática

21. Um computador que funciona como um terminal-caixa de uma loja precisa emitir cupons fiscais e, para isso, emprega uma impressora térmica e um leitor de códigos de barras de mesa para registro de produtos vendidos. Essa impressora

- (A) e o leitor são periféricos que requerem *software* adicional para funcionarem, podendo exigir a atualização de componentes do sistema operacional do terminal-caixa.
- (B) e o leitor não podem operar conectados a um mesmo computador devido ao fato de utilizarem a mesma porta de comunicação.
- (C) e o leitor são parte da unidade central de processamento do terminal-caixa.
- (D) é um dispositivo de entrada e o leitor um dispositivo de saída.
- (E) e o leitor são gerenciados diretamente pelo sistema operacional do terminal-caixa, não sendo necessário nenhum *software* adicional para seu controle ou atualização do sistema operacional do computador.



22. Em função da limitação da capacidade da RAM e a característica de volatilidade na retenção de dados nesse dispositivo de memória, o armazenamento em arquivos guardados em dispositivos auxiliares, como discos rígidos, é empregado para garantir a persistência dos dados nos computadores. Esses arquivos

- (A) salvos em cópias (*backups*) realizadas em um determinado computador, só podem ser restaurados no mesmo equipamento de sua origem.
- (B) são entidades lógicas mapeadas pelo sistema operacional do computador, que é responsável por gerenciar o acesso ao dispositivo físico que armazena os arquivos.
- (C) são dispositivos físicos para guardar conteúdo digital.
- (D) possuem extensões que definem qual é o equipamento associado no arquivamento dos dados armazenados.
- (E) podem ter *backups*, que são cópias dos dados neles armazenados, feitas em dispositivo obrigatoriamente externo ao computador de origem dos dados.

23. Considere que o TCE-RS trabalha com um ambiente virtual de aprendizagem baseado no Moodle para promover o desenvolvimento técnico de seus colaboradores. O Moodle NÃO permite

- (A) discussões *on-line* por texto, de forma síncrona, através de ferramenta do tipo *chat*.
- (B) a criação de novos objetos de aprendizagem específicos do Tribunal, pois não trabalha com conceitos de orientação a objetos na construção do seu conteúdo.
- (C) telepresença em tempo real com transmissão síncrona partindo de múltiplos pontos.
- (D) compartilhar documentos entre tutor e aprendizes, de forma assíncrona.
- (E) compor uma sequência de conteúdos a serem estudados para completar um curso, pois não possui roteiro de aprendizagem que torne viável esta opção.

24. Considere que o TCE-RS tem mais da metade de seus computadores pessoais operando com Windows XP em português e está avaliando a sua troca para a versão Windows 7 ou Windows 8, também em português, já que os computadores têm capacidade adequada de processamento e memória para acomodar ambos os sistemas operacionais. Recursos disponíveis nas versões do Windows estão sendo comparados com o apoio de uma consultoria externa, a qual afirmou que:

- I. Pode ser instalado *dual boot* em um computador para que ele opere com Windows 7 e Windows XP, permitindo manter o uso de ambos.
- II. O Windows 8 traz como novidade a permissão de compartilhamento de arquivos armazenados no computador com outros computadores da mesma rede, recurso que inexistia no Windows 7.
- III. O Windows 7 introduziu um recurso, que inexistia no Windows XP, para desativação de *software* instalado no computador, sem a necessidade de desinstalação dos arquivos desse *software*.
- IV. O Painel de Controle permite acesso à administração de contas de usuários, definição de níveis de segurança e desinstalação de *software*, tanto na versão Windows 7 quanto na Windows 8.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II e IV, apenas.

25. José utilizou uma ferramenta para criptografar uma informação a ser transmitida para Maria, com o objetivo de proteger a informação contra acesso não autorizado. O requisito básico de segurança da informação assegurado pela criptografia é a

- (A) irretratabilidade.
- (B) autenticidade.
- (C) confidencialidade.
- (D) disponibilidade.
- (E) confiabilidade.

26. O editor de texto Microsoft Word 2010 possui diversas ferramentas de formatação de texto, que se revelam bastante úteis em diversas situações. Dentre elas há os botões denominados Sombreamento e Tachado, cujas funções são, respectivamente,

- (A) modificar o tipo de marcador utilizado no parágrafo selecionado e fazer com que o texto selecionado fique sobrescrito.
- (B) alterar a cor do texto selecionado e sublinhar o texto selecionado com uma linha dupla.
- (C) alterar as cores do tema em uso e modificar o tipo de parágrafo selecionado.
- (D) colorir o plano de fundo atrás de um texto ou parágrafo selecionado e desenhar uma linha no meio do texto selecionado.
- (E) modificar o espaçamento utilizado no texto selecionado e alterar o tipo da letra do texto selecionado para o estilo Tachado.

27. Considere o seguinte trecho de uma planilha editada no Microsoft Excel 2010 em português:

	A	B
1	3	
2	9	
3	5	
4	1	
5	4	
6	2	
7	8	
8	8	
9		

A figura exibida consta de uma planilha Excel na qual estão preenchidas as seguintes células da coluna A: célula A1, valor 3; célula A2, valor 9; célula A3, valor 5; célula A4, valor 1; célula A5, valor 4; célula A6, valor 2; célula A7, valor 8; célula A8, valor 8.

Nas células B3 e B5 dessa planilha inseriram-se, respectivamente, as fórmulas = **MAIOR(A1:A8;4)** e = **DECABIN(A2;4)**.

Os resultados obtidos nas células B3 e B5 decorrentes da inserção dessas duas fórmulas são, respectivamente,

- (A) 9 e 9.
- (B) 9 e 0009.
- (C) 5 e 1001.
- (D) 9, 8, 8, 5 e 0001.
- (E) 9, 8, 8, 5 e xxx9.

28. Ao utilizar um navegador Google Chrome em português, um usuário deseja abrir uma nova janela, para então, nessa nova janela, abrir uma nova guia. As teclas de atalho para a realização dessas duas tarefas são, respectivamente,

- (A) Ctrl + N e Ctrl + T.
- (B) Ctrl + S e Ctrl + F.
- (C) Ctrl + H e Ctrl + J.
- (D) Ctrl + T e Ctrl + S.
- (E) Ctrl + J e Ctrl + N.



<p>29. Atualmente, grande parte das instalações físicas de redes de computadores é realizada utilizando a tecnologia Ethernet com cabos de pares trançados. Neste tipo de instalação,</p> <p>(A) a topologia de rede estabelecida é do tipo Barramento.</p> <p>(B) um defeito em um dos computadores conectados não afeta o funcionamento da rede.</p> <p>(C) utilizam-se menos cabos do que em uma instalação semelhante utilizando cabos coaxiais.</p> <p>(D) são disponibilizadas maior largura de banda e velocidade do que permitem os cabos de Fibra Óptica podem disponibilizar.</p> <p>(E) o conector utilizado nas terminações dos cabos é denominado UTP.</p>	<p>33. Nos termos da Resolução CFC 986/2003, as informações que fundamentam os resultados da auditoria interna são denominadas</p> <p>(A) evidências.</p> <p>(B) fontes de auditoria.</p> <p>(C) amostras positivadas.</p> <p>(D) dados relevantes.</p> <p>(E) achados de auditoria.</p>
<p>30. Os serviços da internet são disponibilizados por meio dos protocolos do conjunto TCP/IP, em que o protocolo IP é utilizado para identificar cada um dos computadores, terminais, dispositivos e servidores da rede internet. Entretanto, como a memorização dos endereços IPs não é intuitivo e fácil, foi estabelecida a identificação equivalente por meio de Nomes de Domínio. O serviço de rede, do conjunto TCP/IP, que realiza o correlacionamento entre o Nome de Domínio e o respectivo endereço IP é o</p> <p>(A) URL.</p> <p>(B) SNMP.</p> <p>(C) DHCP.</p> <p>(D) HTTP.</p> <p>(E) DNS.</p>	<p>34. Risco de auditoria é a possibilidade do auditor expressar uma opinião inadequada pelo fato das demonstrações contábeis apresentarem distorções relevantes. O auditor deve executar procedimentos para que esse risco de auditoria seja reduzido a um nível aceitavelmente baixo. Mesmo com a adoção desses procedimentos, pode ocorrer a não percepção de uma distorção relevante, fato que é denominado</p> <p>(A) distorção não revelada.</p> <p>(B) risco de detecção.</p> <p>(C) falha procedimental.</p> <p>(D) evidência não correlacionada.</p> <p>(E) diagnóstico de risco.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Auditoria Governamental</b></p> <p>31. Durante a realização do seu trabalho, o auditor não conseguiu obter segurança razoável relativa às informações nem emitir opinião com ressalva. Nesse caso, o auditor deve</p> <p>(A) abster de emitir opinião ou renunciar ao trabalho, se possível.</p> <p>(B) aumentar o tamanho da amostragem.</p> <p>(C) convocar reunião com os administradores da instituição auditada.</p> <p>(D) solicitar reforço para sua equipe de auditoria.</p> <p>(E) trancar a auditoria.</p>	<p>35. As NBC TAs – Normas Brasileiras de Contabilidade TAs são escritas no contexto da auditoria de demonstrações contábeis executada por um auditor. Se, durante os trabalhos de auditoria, o auditor concluir que determinado procedimento estabelecido por uma NBC TA será ineficaz no cumprimento do objetivo dessa exigência, deverá</p> <p>(A) alterar o escopo da auditoria.</p> <p>(B) executar procedimento alternativo.</p> <p>(C) comunicar o fato ao Conselho Federal de Contabilidade.</p> <p>(D) interromper imediatamente a auditoria.</p> <p>(E) executar o procedimento, uma vez que é obrigatório.</p>
<p>32. Os manuais, de uma maneira geral, definem auditoria como um exame analítico e pericial das operações contábeis, desde o início até o balanço. Nos termos da NBC TA 200, o objetivo da auditoria é</p> <p>(A) levantar informações suficientes e adequadas que permitam comparar as metas fixadas com os resultados alcançados.</p> <p>(B) controlar os procedimentos contábeis para evitar que informações de interesse da instituição auditada sejam divulgados.</p> <p>(C) aumentar o grau de confiança das demonstrações contábeis por parte dos usuários.</p> <p>(D) estabelecer metodologia para ação integrada de todos os setores da instituição auditada.</p> <p>(E) apurar e consolidar irregularidades contábeis em relatório para subsidiar eventual investigação de ilícitos administrativos e penais.</p>	<p>36. O Modelo <i>The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission</i> – COSO é mecanismo de auditoria que tem como foco os riscos corporativos. Dentre os componentes do COSO 1 estão: a definição de uma filosofia de tratamento dos riscos e a observação do sistema de controle interno. Esses componentes são denominados, respectivamente,</p> <p>(A) monitoramento e ambiente de controle.</p> <p>(B) atividade de controle e monitoramento.</p> <p>(C) ambiente de controle e identificação de riscos.</p> <p>(D) identificação de riscos e avaliação de riscos.</p> <p>(E) ambiente de controle e monitoramento.</p>
	<p>37. Um auditor interno obteve confirmação de irregularidades detectadas quando da realização do seu trabalho. Por consequência, ele informou o fato à administração da entidade. A ação do auditor interno teve por objetivo a prevenção de</p> <p>(A) conclusões irrelevantes.</p> <p>(B) riscos de auditoria.</p> <p>(C) fraudes e erros.</p> <p>(D) informações insuficientes e inadequadas.</p> <p>(E) eventos não relacionados ao escopo da auditoria.</p>
	<p>38. A amostragem é uma técnica que tem por finalidade determinar a extensão de um teste de auditoria ou método de seleção de itens a serem testados. Nos termos da Resolução CFC 986/2003, a amostra selecionada deve proporcionar uma informação de auditoria</p> <p>(A) suficiente e apropriada.</p> <p>(B) efetiva e padronizada.</p> <p>(C) realística e relevante.</p> <p>(D) material e útil.</p> <p>(E) formal e mensurável.</p>



39. Nenhuma auditoria pode garantir segurança absoluta de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção. Uma das fontes de limitação inerentes a uma auditoria é a
- (A) capacidade técnica do auditor.
  - (B) idade média dos registros contábeis.
  - (C) cumplicidade do auditado com a auditoria.
  - (D) necessidade de que seja realizada num período de tempo razoável.
  - (E) finalidade social da instituição auditada.

40. O auditor está sujeito às exigências éticas e deve sempre estar alerta, por exemplo, à condição que possa indicar fraude, como informações que coloquem em dúvida a confiabilidade de documentos e respostas. Esse estado é denominado
- (A) alerta constante por parte do auditor.
  - (B) perfil investigativo do auditor.
  - (C) capacidade de percepção do auditor.
  - (D) ceticismo profissional do auditor.
  - (E) ética profissional do auditor.

#### Noções de Administração Financeira e Orçamentária

41. A receita corrente líquida corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes. Entre as deduções que deverão ser efetuadas pelas três esferas do governo constam
- (A) as transferências de recursos vinculados a Educação.
  - (B) os ganhos com aplicações Financeiras.
  - (C) as contribuições dos servidores para seu Sistema de Previdência e Assistência Social.
  - (D) as contribuições Sociais do Empregador incidentes sobre a folha de pagamento.
  - (E) as contribuições Sociais do Empregador incidentes sobre receita ou faturamento.

42. De acordo com o artigo 2º, parágrafo primeiro da Lei nº 4.320/1964, integrarão à Lei de Orçamento o Sumário Geral da Receita e da Despesa, respectivamente, por
- (A) Fonte e Vinculação de Despesa.
  - (B) Fonte e Funções de Governo.
  - (C) Categoria Econômica e Programa de Governo.
  - (D) Destinação de Recurso e Ações de Governo.
  - (E) Categoria Econômica e Subfunção de Governo.

43. Conforme estabelece a Lei nº 4.320/1964, é uma receita corrente:
- (A) Consignações retidas.
  - (B) Antecipação de Receita Orçamentária.
  - (C) Transferência para realização de investimentos.
  - (D) Caução.
  - (E) Ganhos com aplicação financeira.

44. O demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia deve acompanhar
- (A) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
  - (B) o Balanço Orçamentário.
  - (C) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (D) o Plano Plurianual.
  - (E) o Projeto de Lei Orçamentária Anual.

45. Em relação a elaboração e aprovação das peças de planejamento, é correto afirmar:

- (A) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser integrada com o anexo de metas fiscais que, dentre outras exigências, deverá conter a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior e a evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios.
- (B) De acordo com a Constituição Federal, o Plano Plurianual – PPA deverá ser elaborado no 1º ano de mandato para quatro exercícios e, por tratar-se de plano de investimentos do governo, não deverá incluir os programas de duração continuada.
- (C) As despesas de capital serão consignadas no PPA, porém as despesas decorrentes destes gastos serão consignadas exclusivamente nas Leis de Diretrizes Orçamentárias – LDO e nas Leis Orçamentárias Anuais – LOA.
- (D) A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa. Incluem-se nesta proibição a autorização para a antecipação de receita orçamentária, as denominadas AROS.
- (E) As emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual quando indicado os recursos necessários, podem ser aprovadas, mesmo que não estejam compatibilizadas com o PPA; porém, devem estar aderentes às metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

46. Segundo a Lei nº 4.320/1964, é uma despesa classificada como Inversão Financeira

- (A) a aquisição de instalações necessárias à operacionalização da entidade.
- (B) a constituição de capital de empresa que não seja de caráter Financeiro.
- (C) a constituição de capital de empresa que não seja de caráter comercial.
- (D) o aumento do capital de empresas que vise a objetivos comerciais.
- (E) a aquisição de imóveis necessário à execução de obra.

47. Visando garantir a transparência das contas públicas, a Lei de Responsabilidade Fiscal exigiu a emissão do Relatório de Gestão Fiscal. Levando-se em conta sua elaboração, considere:

- I. Os relatórios devem ser elaborados bimestralmente pelos poderes executivo, legislativo e judiciário.
- II. Os Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios, por serem órgãos de controle externo, não estão obrigados a emitir o Relatório de Gestão Fiscal.
- III. Deverão ser elaborados quadrimestralmente e assinados pelo chefe do poder, autoridade responsável pela administração financeira e pelo controle interno.
- IV. Deverão ser elaborados e publicados em até trinta dias do bimestre que se referir, devendo ser acompanhados dos demonstrativos da receita corrente líquida, das receitas e despesas previdenciárias, dos resultados primário e nominal entre outros.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.



48. Com objetivo de controlar os gastos de pessoal a LRF estabeleceu limites e normas de controle destes gastos. Nesse sentido, considere:

- I. Por tratar de forma homogênea as três esferas de governo, a LRF não diferenciou os limites globais estabelecidos para a União, Estados e Municípios.
- II. Os Tribunais de Contas deverão alertar as Fundações Públicas e as Autarquias quando estas ultrapassarem 90% dos seus limites de gastos de pessoal.
- III. Dentre as vedações impostas pela LRF, nas situações em que o Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário ultrapassar o limite de 90% de gastos de pessoal, não poderão prover cargo público, admitir ou contratar pessoal a qualquer título.
- IV. A apuração dos gastos de pessoal deve ser realizada trimestralmente; caso haja extrapolação do limite na Câmara Municipal, o responsável pelo poder deverá reconduzir os gastos ao seu limite nos dois trimestres subsequentes.
- V. Nas Prefeituras Municipais são vedadas as contratações de horas extras, quando estas estiverem acima de 95% do seu limite. Exceção desta vedação as situações previstas na LDO e o disposto no inc. II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) IV e V.
- (E) III e V.

49. A limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, se dará quando nos trinta dias subsequentes ao

- (A) trimestre em que as despesas empenhadas sejam superiores a receita arrecadada no mesmo período.
- (B) trimestre em que as despesas de pessoal tenham ultrapassado o limite de alerta, definido no art. 59 da citada lei.
- (C) bimestre em que as despesas de custeio e de capital ultrapassarem as dotações previstas na lei orçamentária anual.
- (D) bimestre em que o somatório das disponibilidades financeiras e o montante previsto de arrecadação forem inferiores ao passivo circulante.
- (E) bimestre em que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal.

50. A Lei de Responsabilidade Fiscal inovou quanto ao controle e gerenciamento da dívida pública. Nesse sentido, deliberou sobre

- (A) a redução de gastos de pessoal quando a execução das despesas correntes superar os gastos previstos na Lei Orçamentária Anual, devendo efetuar esta avaliação de forma quadrimestral.
- (B) o estabelecimento de critérios voltados à compatibilidade entre as metas fiscais constantes no Plano Plurianual de investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, dentre eles o contingenciamento das despesas de capital definidas no Plano Plurianual.
- (C) o estabelecimento de metas fiscais na Lei de Diretrizes Orçamentárias, dentre elas o montante da dívida pública para o exercício e para os dois exercícios subsequentes da LOA a que se referir.
- (D) o estabelecimento de metas fiscais na Lei Orçamentária Anual, com destaque para a especificação de limites para a redução da dívida de curto prazo.
- (E) o estabelecimento de metas fiscais de receita e despesa no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

#### Noções de Direito Constitucional

51. Em 30 de maio do ano em curso, o TCE-RS aprovou voto do Conselheiro Relator do processo de contas do Prefeito do Município de São Francisco de Paula, relativas ao exercício de 2011, do qual se extraem, entre outras, as seguintes conclusões:

- “h) pela emissão de Parecer Desfavorável à aprovação das contas do (...) Administrador do Município de São Francisco de Paula no exercício de 2011 (...);  
 (...)  
 j) pelo encaminhamento do presente expediente ao Legislativo Municipal de São Francisco de Paula com o Parecer de que trata a letra ‘h’ da presente Decisão, para os devidos fins constitucionais.”

Neste caso, considerados os elementos acima fornecidos e a disciplina constitucional da matéria,

- I. o órgão competente para o julgamento das contas é a Câmara de Vereadores de São Francisco de Paula, cabendo ao TCE-RS, na qualidade de órgão auxiliar da função de controle externo de que o Legislativo municipal é titular, a emissão de parecer prévio.
- II. o parecer prévio, emitido pelo TCE-RS, somente prevalecerá se aprovado por dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- III. o fato de o Município de São Francisco de Paula submeter-se à jurisdição do TCE-RS permite inferir que não possuía Tribunal de Contas próprio, quando da promulgação da Constituição da República vigente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



52. A Câmara de Vereadores de um Município com 70.000 habitantes é composta por 14 Vereadores, cujo subsídio, fixado por lei de iniciativa da própria Câmara para vigor na legislação em que aprovada, corresponde a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais. Nesta hipótese, são compatíveis com a disciplina da matéria na Constituição da República
- (A) o valor do subsídio, apenas.
- (B) o número de membros do órgão legislativo, a forma de fixação do subsídio e o seu valor.
- (C) o número de membros do órgão legislativo e o valor do subsídio, apenas.
- (D) o número de membros do órgão legislativo e a forma de fixação do subsídio, apenas.
- (E) o número de membros do órgão legislativo, apenas.
53. Na hipótese de o Governador de determinado Estado da federação editar medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços locais de gás canalizado, tal regulamentação
- (A) será inconstitucional, uma vez que é expressamente vedada a edição de medida provisória para esse fim específico.
- (B) deverá, nos termos da Constituição da República, contemplar as hipóteses de exploração do serviço diretamente pelo Estado ou mediante concessão.
- (C) será inconstitucional, uma vez que a edição de medida provisória é competência exclusiva do Presidente da República, não reconhecida aos chefes do Poder Executivo dos demais entes da federação.
- (D) será compatível com a Constituição da República, desde que presentes motivos de urgência e relevância para a edição de medida provisória.
- (E) será inconstitucional, por se tratar de matéria reservada à lei complementar, sendo vedada, portanto, a edição de medida provisória para esse fim.
54. Ao disciplinar a organização do Poder Legislativo na esfera estadual, a Constituição da República estabelece que
- (A) à Assembleia Legislativa compete a iniciativa exclusiva de lei para dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.
- (B) os Deputados Estaduais serão remunerados por meio de subsídio fixado por lei de iniciativa do Governador do Estado, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.
- (C) o processo legislativo estadual deverá contemplar hipóteses de iniciativa popular, em conformidade com lei complementar federal sobre a matéria.
- (D) o número de Deputados Estaduais corresponderá ao dobro da representação do Estado respectivo na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de oito.
- (E) aos Deputados Estaduais são aplicáveis, entre outras, as regras da própria Constituição relativas a inviolabilidade, imunidades, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
55. No exercício de suas atribuições funcionais, servidores responsáveis pelo controle interno dos órgãos do Poder Executivo de determinado Município deparam-se com elementos de que teriam sido repassados a menor, à Câmara dos Vereadores, os percentuais da receita municipal que lhe são assegurados constitucionalmente para cobertura da despesa do Legislativo municipal. Nesta situação, considerada a disciplina constitucional da matéria,
- I. embora seja medida de eficiência e transparência administrativa, a existência de órgãos de controle interno no âmbito do Poder Executivo municipal não é prevista constitucionalmente.
- II. está-se diante de hipótese que configura crime de responsabilidade do Prefeito do Município, por expressa previsão constitucional.
- III. os responsáveis pelo controle interno deverão dar ciência de seus achados ao Tribunal de Contas a cuja jurisdição se submetam os órgãos e entes da Administração municipal, sob pena de responsabilidade solidária.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.
56. Fulano e Beltrano, colegas desde os tempos de faculdade, seguiram carreiras distintas. Fulano, desde a graduação, é advogado de empresa pública federal e Beltrano, há dois anos e dois meses, é juiz vinculado a um Tribunal Regional Federal. Ambos pretendem, agora, participar de concurso em que há duas vagas para professor de Direito em uma Universidade pública federal, para ministrar aulas no período noturno. Considerada a disciplina constitucional da matéria, se Fulano e Beltrano vierem a ser aprovados no concurso,
- (A) nenhum dos dois poderá cumular suas funções atuais com a de professor.
- (B) ambos poderão cumular suas funções atuais com a de professor.
- (C) apenas Fulano poderá cumular o emprego de advogado com o cargo de professor.
- (D) apenas Beltrano poderá cumular o cargo de juiz com o de professor.
- (E) Beltrano perderá o cargo de juiz, se assumir o de professor, por não ter adquirido estabilidade.
57. Na hipótese de um Ministro de Estado indeferir requerimento administrativo de um servidor público para que este tenha conhecimento de informações existentes a seu respeito nos registros de pessoal mantidos pelo órgão ministerial que aquele dirige, poderá o indivíduo em questão formular sua pretensão, judicialmente, por meio de
- (A) *habeas data*, de competência do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) *habeas data*, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (C) *habeas corpus*, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) mandado de segurança, de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) mandado de segurança, de competência do Superior Tribunal de Justiça.



58. A Constituição da República estabelece que, dentre os direitos reconhecidos aos trabalhadores urbanos e rurais, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o direito a
- (A) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança, mas não a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- (B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal, mas não a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de, no mínimo, trinta dias.
- (C) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria, mas não a remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (D) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, mas não a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
- (E) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, mas não a gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o normal.
59. Na hipótese de determinado Estado pretender desmembrar-se da Federação brasileira, o ato em questão
- (A) deverá ser autorizado por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, à população envolvida.
- (B) será incompatível com a Constituição da República, por ofensa ao princípio constitucional da separação de poderes.
- (C) deverá ser objeto de proposta de emenda à Constituição, discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, no mínimo dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (D) será incompatível com a Constituição da República, uma vez que a federação brasileira é formada pela união indissolúvel de Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (E) deverá ser precedido de aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
60. Sicrano, filho de mãe brasileira e pai egípcio, nascido durante período em que seus pais eram estudantes universitários na França, veio, após a maioridade, a residir no Brasil, onde pretende viver pelo resto de sua vida. Nos termos da Constituição da República, Sicrano
- (A) somente seria considerado brasileiro nato se, quando de seu nascimento, houvesse sido registrado em repartição brasileira competente.
- (B) somente seria considerado brasileiro nato se, quando de seu nascimento, sua mãe, que era brasileira, estivesse no exterior a serviço da República Federativa do Brasil.
- (C) poderá vir a ser brasileiro naturalizado, se efetivamente residir no país por até quinze anos ininterruptos, desde que requeira a nacionalidade brasileira.
- (D) é considerado brasileiro naturalizado, desde o momento em que fixou residência no país, já que é filho de mãe brasileira, estando sujeito, contudo, a extradição, na hipótese de cometimento de crime comum a partir de então.
- (E) será considerado brasileiro nato, se optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira, caso em que não estará sujeito a extradição, nem mesmo na hipótese de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

### Noções de Direito Administrativo

61. A necessidade de publicação dos atos administrativos no Diário Oficial e, em alguns casos, em jornais de grande circulação é forma de observância do princípio da
- (A) publicidade, na medida em que a Administração deve dar conhecimento de seus atos aos administrados.
- (B) legalidade, ainda que essa obrigação não esteja prevista na legislação.
- (C) impessoalidade, na medida em que os atos administrativos são publicados sem identificação da autoridade que os emitiu.
- (D) eficiência, posto que a Administração deve fazer tudo o que estiver a seu alcance para promover uma boa gestão, ainda que não haja lastro na legislação.
- (E) supremacia do interesse público, pois a Administração tem prioridade sobre outras publicações.
62. Dentre as peculiaridades que predicam o pregão como modalidade de licitação que confere celeridade à conclusão do procedimento, destaca-se a
- (A) possibilidade de participação de todos os interessados em qualquer fase, ainda que não estejam devidamente inscritos na licitação.
- (B) inexistência de fase recursal, cabendo, contudo, aos licitantes recorrer à via judicial.
- (C) existência da fase de lances verbais, na qual todos os participantes inscritos disputam o objeto da licitação facultado apresentarem novos lances, até que seja definido o menor preço.
- (D) possibilidade de contratar pelo critério melhor técnica, cabendo aos licitantes disputar suas propostas na fase de lances verbais, inclusive com propostas substitutivas.
- (E) fase recursal única, facultada a qualquer dos licitantes, após a declaração do vencedor.
63. A Administração celebrou contrato de locação de um edifício para lá instalar uma divisão de determinado órgão de sua estrutura. Esse contrato
- (A) deve se submeter a todas as disposições típicas dos contratos administrativos, inclusive aquelas que restringem a iniciativa da rescisão à Administração.
- (B) exige que seja mantido o equilíbrio econômico-financeiro, aplicando-se majoração da locação em período diverso do previsto no contrato de locação.
- (C) não admite, como contrato administrativo, rescisão nos termos da legislação que rege os contratos de locação no âmbito privado.
- (D) é regido por cláusulas próprias dos contratos de locação no âmbito privado, admitidas algumas derrogações pelo regime de direito público.
- (E) não poderia ter sido celebrado, na medida em que a Administração não pode se submeter a um contrato típico do direito privado.
64. A emissão de uma licença de instalação cujos requisitos estão previstos na legislação de modo exaustivo, consubstancia-se em ato
- (A) administrativo vinculado, uma vez que sempre há opção da Administração entre editá-lo ou não.
- (B) discricionário, de competência exaustiva.
- (C) discricionário impróprio, posto que passível de ser emitido por qualquer autoridade superior.
- (D) administrativo vinculado, devendo ser emitido pela autoridade competente pela legislação.
- (E) administrativo discricionário, uma vez que sempre há opção da Administração entre editá-lo ou não, prescindindo de fundamentação.



65. Uma autarquia estadual precisa reformar suas instalações, e adaptá-las ao atendimento que será prestado ao público em decorrência de uma nova atribuição que lhe foi outorgada por lei. Para tanto,
- (A) deverá contratar diretamente empresa de engenharia para promover as obras, tendo em vista que as autarquias não se sujeitam ao princípio que obriga a realização de licitação.
  - (B) poderá realizar licitação, sob qualquer das modalidades previstas na lei, ou promover contratação direta, mediante prévia pesquisa de mercado, tendo em vista que as autarquias não se sujeitam ao regime de direito público.
  - (C) deverá realizar regular licitação, tendo em vista que as autarquias, submetidas ao regime de direito público, sujeitam-se a obrigatoriedade do certame.
  - (D) poderá contratar diretamente outra empresa que integre a Administração indireta, tendo em vista que os regimes jurídicos são semelhantes.
  - (E) deverá realizar licitação caso o valor da contratação supere R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), tendo em vista que até esse montante incide hipótese de dispensa de licitação.
66. A Administração indireta pode ser estruturada por meio da
- (A) criação de órgãos distintos da Administração direta, vinculados hierarquicamente à Administração central.
  - (B) instituição de pessoas jurídicas de diversas naturezas, que não guardam vínculo hierárquico com a Administração direta.
  - (C) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
  - (D) instituição de pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria, todas criadas por meio de lei.
  - (E) criação de órgãos integrantes de sua estrutura, vinculadas hierarquicamente à Administração centralizada.
67. Determinado servidor público que ocupava cargo efetivo foi demitido, tendo essa decisão sido lançada no bojo de processo disciplinar que tramitou nos termos da legislação vigente. Entende o servidor que não foram apreciados corretamente todos os fatos e provas colacionados aos autos. Pretende questionar judicialmente a decisão, requerendo
- (A) sua reintegração ao cargo anteriormente ocupado, fazendo jus a todos os vencimentos que lhe deveriam ter sido pagos desde a demissão.
  - (B) sua recondução ao cargo, cabível nos casos de nulidade do processo disciplinar
  - (C) seu ingresso no serviço público, iniciando novo vínculo com a Administração pública.
  - (D) sua remoção para outro cargo, precedida de invalidação da decisão que o demitiu, para que seja resgatado o vínculo inicial.
  - (E) sua readaptação, precedida de invalidação da decisão que o demitiu, para possibilitar que seja resgatado o vínculo inicial.
68. Os princípios que regem a Administração pública
- (A) aplicam-se à Administração direta, indireta e aos contratados em regular licitação, seja quando forem expressos, seja quando implícitos.
  - (B) são aqueles que constam expressamente do texto legal, não se reconhecendo princípios implícitos, aplicando-se tanto à Administração direta quanto à indireta.
  - (C) podem ser expressos ou implícitos, os primeiros aplicando-se prioritariamente em relação aos segundos, ambos se dirigindo apenas à Administração direta.
  - (D) são prevalentes em relação às leis que regem a Administração pública, em razão de seu conteúdo ser mais relevante.
  - (E) dirigem-se indistintamente à Administração direta e às autarquias, aplicando-se seja quando forem expressos, seja quando implícitos.
69. A remuneração paga aos servidores estaduais, na forma da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, é composta não só pelos vencimentos, mas também pelas vantagens pessoais. Dentre elas, incluem-se
- (A) a gratificação concedida à servidora gestante durante toda a gestação.
  - (B) as indenizações, que integram o salário dos servidores para todos os fins.
  - (C) as diárias, que se prestam a ressarcir as despesas de instalação do servidor na nova sede.
  - (D) os avanços concedidos a cada triênio de efetivo exercício público, pelo tempo que permanecerem em atividade.
  - (E) as gratificações pagas aos servidores, que não são incorporadas aos vencimentos regulares.
70. Determinada Administração pública municipal precisava realizar obras de reforma de contenção de enchentes, em razão da proximidade do período de chuvas. Seu órgão consultivo informou que a realização de procedimento de licitação demandaria mais tempo que necessário para que as obras ficassem prontas antes das chuvas. Diante dessa análise, a Administração pública municipal acordou verbalmente com uma empresa a realização das obras, com o compromisso de que tramitaria procedimento de licitação em paralelo, para viabilizar a contratação formal da referida empresa. A conduta da Administração é
- (A) irregular e ilegal, tendo em vista que é vedada a celebração de contrato verbal, obrigando-se à realização de procedimento de licitação, ressalvadas hipóteses de dispensa e inexigibilidade do certame.
  - (B) regular e válida, tendo em vista que a urgência da realização das obras demanda a flexibilização do procedimento, em observância ao princípio da eficiência.
  - (C) regular e válida, tendo em vista que a contratação emergencial pode ser feita verbalmente.
  - (D) irregular e ilegal, tendo em vista que a contratação emergencial não dispensa a realização de procedimento de licitação.
  - (E) irregular e ilegal, tendo em vista que o princípio da eficiência só admite a flexibilização da norma que determina a realização de licitação para a contratação de obras de construção, não para obras de reforma.

**PROVA DISCURSIVA****QUESTÃO 1**

Determinado município do Estado do Rio Grande do Sul necessita incrementar seus investimentos em mobilidade urbana e ampliar a oferta de serviços públicos aos cidadãos. Contudo, enfrenta restrições orçamentárias e financeiras, razão pela qual pretende buscar capital privado para ajudar a suportar tais investimentos. Por outro lado, a referida municipalidade intenta realizar tais investimentos em prazo acelerado e, para tanto, busca alternativas para reduzir os prazos envolvidos nos procedimentos de contratação a que se sujeita ordinariamente. Considerando esse cenário, com base nas disposições previstas na Constituição Federal e na legislação vigente, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a. Na hipótese de o Município pretender realizar os referidos investimentos por intermédio de entidade integrante de sua Administração indireta, qual o tipo de entidade propicia a participação de capital privado nos investimentos necessários?
- b. Qual o regime jurídico ao qual a referida entidade se submete e quais os requisitos para a sua criação? Poderá contratar e demitir seus empregados sem as mesmas restrições aplicáveis aos servidores da Administração direta?
- c. No que diz respeito à contratação das obras e serviços necessários para a ampliação da oferta dos serviços públicos aos cidadãos, a referida entidade deverá fazê-la mediante prévio procedimento licitatório ou poderá adotar procedimentos mais céleres? A referida entidade poderá prestar serviços públicos à população ou apenas realizar as obras e aquisições necessárias para a disponibilização dos serviços pela Administração direta?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	



QUESTÃO 1

26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



**QUESTÃO 2**

A Cia. de Metais Pesados apresentava, em seu Balanço Patrimonial de 01/01/2012, as seguintes informações sobre um alto-forno em utilização na sua atividade de produção:

- Custo incorrido na aquisição: R\$ 4.000.000,00.
- Depreciação Acumulada: R\$ 800.000,00.

A vida útil econômica estimada para o alto-forno, na data da aquisição, foi 9 anos e o valor residual esperado no final desta vida útil era R\$ 400.000,00.

Em 01/01/2013, a Cia. de Metais Pesados realizou o teste de recuperabilidade do alto-forno e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso do ativo: R\$ 2.500.000,00.
- Valor justo menos os custos de venda: R\$ 2.100.000,00.

Nesta mesma data (01/01/2013), a Cia. de Metais Pesados reestimou a vida útil econômica remanescente do alto-forno para 5 anos e identificou um novo valor residual de R\$ 200.000,00.

Com base nesses dados, pede-se:

- a. Determine o valor da despesa de depreciação do alto-forno em 2012, sabendo-se que a Cia. de Metais Pesados utiliza o método das cotas constantes para calcular a depreciação. Evidencie os cálculos necessários e contabilize a despesa de depreciação, indicando a natureza das contas (ativo/passivo/resultado).
- b. Em relação ao teste de recuperabilidade (*impairment*) do alto-forno realizado em 01/01/2013:
  - b.1 Defina o que é valor recuperável e identifique qual é este valor para o caso do alto-forno em 01/01/2013.
  - b.2 Demonstre se é necessário ou não reconhecer alguma perda. Caso a resposta seja sim, evidencie todos os cálculos e informações necessários à sua conclusão e contabilize, indicando a natureza das contas (ativo/passivo/resultado).
- c. Defina o que é valor contábil e evidencie o referido valor do alto-forno em 01/01/2013.
- d. Determine o valor da despesa de depreciação do alto-forno em 2013.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	



QUESTÃO 2

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	